

# PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA PANDEMIA NA PÓS-GRADUAÇÃO

## STUDENT RETENTION IN GRADUATE STUDIES DURING THE PANDEMIC

Valentim Heleno Santos Rodrigues<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0009-0004-5374-3024>

Lisiê Martins do Nascimento<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-2755-1825>

Recebido em: 08 ago. 2024.

Aceito em: 16 dez. 2024.

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer discussões referentes aos alunos de pós-graduação que enfrentaram o período pandêmico com seus percalços acadêmicos, além de tratar da trajetória desses discentes no período pós-pandemia. Com a chegada da pandemia, provocada pela Covid-19, as instituições de ensino superior precisaram adotar o distanciamento social na comunidade acadêmica, tendo em vista a preservação da saúde dos seus discentes, docentes e funcionários. Assim, o distanciamento social trouxe consigo as dificuldades impostas pela pandemia que agravou a situação dos estudantes de ensino superior, aumentando a evasão estudantil e contribuindo para a queda do número de estudantes cursando o ensino superior no Brasil. Esse cenário de incertezas e conflitos políticos trouxe ao campo da educação a evasão dos estudantes que não tiveram condições de continuar os seus estudos no ensino superior, principalmente por causa dos bloqueios de bolsas de estudo. A metodologia aplicada neste artigo foi a revisão bibliográfica, com a intenção de localizar pesquisas já realizadas sobre a permanência de estudantes na pós-graduação durante a pandemia e seus impactos posteriores. Conclui-se que, devido à pandemia, docentes e discentes precisaram mudar suas atividades acadêmicas, agravando-se problemas que já existiam, a exemplo da desigualdade social, principalmente entre os discentes das instituições de ensino superior (IES).

**Palavras chave:** Pandemia. Permanência estudantil. IES. Desigualdade.

### ABSTRACT

This article aims to bring discussions regarding postgraduate students who faced the pandemic period with its academic setbacks, the trajectory of these students in the

---

<sup>1</sup> Mestre do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [valentim.rodrigues@academico.ufpb.br](mailto:valentim.rodrigues@academico.ufpb.br)

<sup>2</sup> Mestre e Doutora em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [lisie.martins@academico.ufpb.br](mailto:lisie.martins@academico.ufpb.br)

post-pandemic. With the arrival of the pandemic caused by Covid-19, higher education institutions needed to adopt social distancing in the academic community, with a view to preserving the health of the institution's students, teachers and staff. Thus, social distancing brings with it the difficulties imposed by the pandemic. The Covid-19 pandemic has worsened the situation for higher education students, making it even more complicated, as issues involving student dropout have increased, thus contributing to the drop in students pursuing higher education in Brazil. This scenario of uncertainty and political conflicts brought to the field of education the dropouts of students who were unable to continue their studies in higher education, as blockages of student scholarships are a reality experienced by these students, who need the student scholarship and financial support. to continue their studies in places far from their regions of origin. The methodology applied in this article was a bibliographical review with the intention of locating studies already carried out on the permanence of students in postgraduate studies during the pandemic and its subsequent impacts, we carried out a bibliographical survey, with the aim of understanding what has been produced. It is concluded that due to the pandemic, teachers and students needed to change their academic activities, thus problems that already existed were more highlighted during the pandemic period. Social inequality was more noticeable, especially among IES students

**Keywords:** Pandemic. Student retention. IES. Inequality.

## INTRODUÇÃO

Com a chegada da pandemia provocada pela Covid-19, as instituições de ensino superior precisaram adotar o distanciamento social na comunidade acadêmica, tendo em vista a preservação da saúde dos seus discentes, docentes e funcionários. Assim, o distanciamento social trouxe consigo as dificuldades impostas pela pandemia. As aulas presenciais passaram a ser remotas, quebrando o fluxo contínuo do conhecimento acadêmico compartilhado entre professor e aluno em sala de aula já que, de maneira repentina, esse compartilhamento passou a ser realizado de forma remota, por meio de um ambiente totalmente novo tanto para alunos como para professores.

A adoção de aulas remotas, no percurso acadêmico eletivo, teve como consequência percalços e desafios enfrentados pelos estudantes, especialmente relativos a questões financeiras e a dificuldades de acesso à tecnologia digitais e à equipamentos como computadores, celulares e tablets. Além disso, lembramos do tempo de aula síncrona e do estresse de ficar em frente à tela do computador por mais de uma hora assistindo a aulas, assim como do esforço cognitivo de absorver e partilhar o assunto abordado. Apesar do Conselho Nacional de Educação (CNE) ter aprovado as diretrizes do parecer CNE/CP nº5/2020, que contribuiu para a

continuidade das aulas em tempo pandêmico, percebeu-se a desigualdade social nas escolas, pois nem todos os alunos tiveram acesso a tecnologias digitais e a equipamentos para assistirem às aulas remotas.

A pandemia de Covid-19 agravou os problemas do ensino superior no Brasil, pois os índices de evasão estudantil aumentaram, contribuindo para a queda do número de estudantes cursando o ensino superior no país. Esse cenário de incertezas e conflitos políticos provocou a evasão dos estudantes que não tiveram condições de continuar os seus estudos no ensino superior, depois dos bloqueios das bolsas estudantis, já que precisavam do apoio financeiro para dar continuidade aos estudos em lugares distantes de suas regiões de origem. Desta forma, percebe-se que os principais problemas do período eram as condições socioeconômicas dos estudantes, assim como toda a reformulação do ensino e a dificuldade de acesso dos discentes aos canais de mídia onde seriam realizadas as aulas.

Este artigo tem por objetivo trazer discursões referente aos alunos de pós-graduação que enfrentaram o período pandêmico com seus percalços acadêmicos, além de abordar a trajetória desses discentes no período pós-pandemia. Assim, trataremos das dificuldades que estes estudantes tiveram para dar continuidade aos seus estudos.

A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica, com a intenção de localizar estudos já realizados sobre a permanência de estudantes na pós-graduação durante a pandemia e os seus impactos posteriores. Para isso, buscamos informações nas principais bases de dados eletrônicas do país: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD, Repositório de Teses e Dissertações da UFPB, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de periódicos da CAPES. Os descritores para realizar as pesquisas foram do tipo bibliográfico: permanência estudantil na pandemia e evasão acadêmica.

## **OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

O ano de 2020 foi profundamente marcado pelo surto de um vírus que tomou proporções epidêmicas: o SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19, como é popularmente conhecida, que fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS),

no dia 30 de janeiro de 2020, tivesse que decretar um estado de emergência de saúde pública. Em março de 2020, a proliferação do vírus tomou proporções mundiais, elevando o problema ao status de pandemia. A partir disso, a Covid-19 apresentou surtos sistemáticos ao redor de todo o mundo (Who, 2020). O vírus fez com que diversos países suspendessem as atividades presenciais em instituições de ensino. Na China, as escolas foram interditadas logo no começo de 2020 e reabertas paulatinamente apenas três meses depois; o Japão, por sua vez, interditou as instituições de ensino no dia 2 de março, reabrindo após o mês de maio.

No solo brasileiro, as primeiras escolas a fechar foram as do Distrito Federal, em 11 de março do mesmo ano. Em estados mais longínquos e fronteiriços, como Manaus, as escolas particulares já tinham sido reabertas desde 6 de julho daquele ano, enquanto as públicas só foram reabertas posteriormente, no mês de agosto. Em algumas metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, a reabertura das instituições de ensino gerou uma série de discussões e intrigas, sendo alvo até mesmo de disputas judiciais (Nascimento; Ramos; Melo; Castioni, 2020).

No contexto educacional brasileiro, as diversas redes de ensino (tanto particulares quanto públicas) se mobilizaram rapidamente para alterar a modalidade de gestão para manter a maioria dos serviços de maneira não presencial. Diversas aulas foram remodeladas para poder ser transmitidas através de videochamadas; vários materiais impressos foram enviados para os alunos que não possuíssem acesso à internet. Redes particulares com mais recursos conseguiram acesso à dados patrocinados, dando suporte aos alunos mediante aplicativos e sites especializados em ensino à distância.

Embora haja um esforço além dos limites realizado por meio das redes de ensino, ainda assim é consenso que houve uma série de perdas educacionais em percentuais expressivos, principalmente no caso das famílias de baixa renda e que não possuíam tantos recursos, cabendo aos institutos a reabsorção dessas circunstâncias para mitigar ao máximo tais perdas educacionais (Nascimento; Ramos; Melo; Castioni, 2020).

Durante a disseminação do novo coronavírus, diversos direitos assegurados pela Constituição Federal foram afetados, como o direito à saúde, às liberdades

individuais e aos meios de subsistência exercidos por cada um, desencadeando, por consequência, uma crise catastrófica a níveis sanitários e humanitários.

Diferentemente dos tipos de isolamento realizados em hospitais, que separam espacialmente os indivíduos internados que possuem doenças altamente contagiosas, o isolamento social possui uma dinâmica completamente diferente dos demais tipos. Ao contrário do que se pensa, o isolamento social não está diretamente ligado à quarentena. Segundo Wilder Smith e Freeman (2020), o isolamento social é um tipo de medida em que as pessoas são orientadas a não saírem de suas casas ou a saírem o mínimo possível, evitando aglomerações e diminuindo a curva de contágio do vírus.

Sendo assim, a partir dos conceitos trazidos pelos autores supracitados, nota-se que o isolamento social possui uma dinâmica diferente do que se conhece como “quarentena”. A quarentena é uma condição específica das pessoas que possuem sintomas das doenças, para aquelas pessoas testadas positivamente, mas que são assintomáticas, e para aquelas que possuem sintomas leves.

A quarentena também pode ser aplicada às pessoas que tiveram contato direto com as que foram descritas anteriormente, podendo ficar confinadas em suas casas. Segundo Farias (2022), o tempo de quarentena, em casos de pessoas que tiveram contato direto, é de no mínimo quatorze dias, tempo necessário para a suspensão da transmissão viral. No ano de 2020, a Organização Mundial da Saúde recomendou a quarentena e o fechamento de instituições de ensino, pois essas medidas visavam conter a proliferação do vírus, fazendo parte de um plano de medidas que promoviam o distanciamento social.

Nesse ínterim, Reimers e Schleicher (2020) elaboraram um trabalho que objetivou a criação de orientações e estratégias alternativas para continuar o processo de ensino-aprendizagem durante o período da pandemia. Esses autores afirmam que as escolas ao redor do mundo adotaram novos métodos e práticas educacionais, visando disseminar o conteúdo para os alunos de outras maneiras. As novas modalidades incluíram plataformas virtuais que pudessem manter o contato entre professor-aluno, ao mesmo tempo em que atendiam aos requisitos mínimos de distanciamento social.

A partir daqui, pode-se destacar que tantos os docentes quanto os discentes entraram em um novo ambiente educacional, já que boa parte deles teve que se adaptar a essa nova modalidade de ensino “do dia para a noite”. O trabalho dos autores Reimers e Schleicher (2020) contou com a colaboração de grandes universidades, como a *Global Education Innovation Initiative*, programa desenvolvido pela *Harvard Graduate School of Education*, além da *Directorate of Education and Skills*, do órgão OCDE. Ambas as instituições colaboraram com a sugestão de medidas educacionais que pudessem fornecer uma resposta eficaz para o distanciamento social que a proliferação do vírus exigiu.

Todavia, nem todos os países conseguiram se adaptar com total aproveitamento à nova modalidade de ensino. Especificamente no Brasil, a interdição das escolas teve sua gênese em março de 2020, quando o Ministério da Educação publicou a portaria nº 343 que estabelecia o seguinte: “a presente portaria dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo corona vírus (COVID-19)” (Nascimento; Ramos; Melo; Castioni, 2020, p. 07-15).

Embora o Brasil seja um país grande, é possível haver classes sociais em estado de vulnerabilidade. Um estudo realizado por Pinto, Dias e Cunha Junior, (2021) acerca do ensino mediado por tecnologias, afirma que durante o ensino remoto houve discentes que não possuíam acesso à internet, enquanto os que possuíam tinham uma internet de baixa qualidade. Observou-se também que alguns discentes compartilhavam o notebook ou computador com mais de uma pessoa em casa, e também que outros sequer tinham computador para o desenvolvimento das atividades.

A suspensão das atividades letivas presenciais por todo o mundo impôs aos gestores educacionais, professores e estudantes, o desafio de uma adaptação e transformação até então inimagináveis (OECD, 2020a), obrigando-os a um novo modelo educacional, sustentado pelas tecnologias digitais e pautado nas metodologias da educação on-line. Segundo Moreira, Henriques e Barros (2020), os professores se viram pressionados a migrarem para o ensino on-line, transferindo e transpondo metodologias e práticas educacionais típicas dos espaços de aprendizagem presenciais, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de

emergência. Segundo Augusto e Santos (2020), em um primeiro momento, as aulas foram suspensas pelo MEC, segundo a Portaria nº 343, de 17 março de 2020. A partir dessa portaria, os sistemas de ensino começaram a pensar como agiriam frente a esse desafio.

Em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou as diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior. O material aprovado tinha como objetivo direcionar estados, municípios e escolas sobre as práticas que deveriam ser adotadas durante a pandemia, e também propor normas nacionais gerais, definindo que a reorganização dos calendários seria de responsabilidade dos sistemas de ensino (Brasil, 2020).

Apesar da aprovação de portarias e diretrizes voltadas para orientar e promover educação em tempo pandêmico, percebeu-se a desigualdade social nas escolas, pois alunos não tinham acesso a tecnologias para assistir às aulas remotas. Segundo Augusto e Santos (2020), a desigualdade social acaba então se refletindo na desigualdade escolar, não oportunizando aos estudantes as mesmas garantias de acesso e permanência. A sociedade acabou por desregular um direito que é fundamental: a educação plena e uma gama de possibilidades para ampliar a inserção dos jovens numa sociedade mais justa e igualitária.

Com a pandemia, a situação dos estudantes de ensino superior torna-se mais complicada, pois as questões envolvendo a evasão estudantil tornam-se mais complexas, contribuindo assim para a queda no percentual de estudantes cursando o ensino de nível superior no Brasil. O desafio enfrentado pelas IES Públicas é manter esses estudantes nas instituições de ensino, e essa questão é complexa e desafiadora. Os problemas agora vão além de fatores socioeconômicos dos estudantes, sendo também toda reformulação do ensino, assim como o acesso dos alunos aos canais de mídia para as aulas e conteúdos acadêmicos. Segundo Cotrim-Guimarães, Ribeiro e Barros (2021), novos desafios se reúnem ao problema da evasão, devido às condições de ensino remoto impostas pelo distanciamento social necessário ao enfrentamento da pandemia. Esses desafios estão relacionados tanto ao processo de ensino-aprendizagem e à organização do processo pedagógico, quanto às questões de ordem socioeconômica dos estudantes, especialmente para

aqueles com dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos, como internet, computadores e outros dispositivos.

Conforme Barbosa, Borges e Gouvêa (2022), o momento expõe as dificuldades que as IES enfrentam em relação ao financiamento das bolsas e auxílios, bem como para a manutenção das atividades de apoio, devido à pouca disponibilidade de capital humano para operacionalizar essas ações. Esse cenário colocou em risco os avanços alcançados ao longo da expansão do sistema e da democratização do perfil discente nas IES federais. Não é possível determinar com certeza os caminhos futuros da educação superior no Brasil. Os impactos da pandemia também serão importantes para a configuração futura da educação superior brasileira. Com a Covid-19, a crise pela qual as IES públicas já vinham passando torna-se desafiadora, pois o descaso e a ausência do governo com a redução dos investimentos financeiros para o simples pagamento das contas se torna evidente, fazendo com que muitas universidades públicas vivam sob a ameaça de fechar as portas.

Essa inconstância vivida pelas IES refletiu diretamente na educação do cidadão brasileiro como estudante e também como futuro profissional pesquisador que tem muito a contribuir com seu intelecto à sociedade. Com esse cenário dramático, a população deixa de lutar por vagas nos cursos e entra no mercado de trabalho direto, abandonando a ideia da formação educacional superior.

Enquanto, em diversos países, as taxas de escolarização bruta, em geral, são maiores que 50%, chegando a, por exemplo, 52% no Chile, 64% no Uruguai, 6% na França e 82% nos Estados Unidos, no Brasil era de apenas 25% em 008. Em relação aos próprios objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação, o Brasil ainda está muito aquém da meta da taxa de escolarização líquida de 30% para a Educação Superior em 2010. Na média geral do país, a taxa estava próxima a 15% em 2010 (Bertolin, 2019, p. 483).

Durante a pandemia, esses números podem ter se modificado, pois ela contribuiu de forma negativa para a permanência de estudantes nos cursos de nível superior, dificultando o período eletivo das IES, como também foi a responsável indireta pela falta de estágios e de bolsas de estudo proporcionadas pelas universidades públicas. As dificuldades enfrentadas tanto pelos alunos como pelas IES públicas formam um cenário ainda mais abalado para a educação pública. Segundo o IBGE (2019), a taxa de escolarização em ensino superior foi de 32,4%, já 63,5% dos estudantes não frequentavam a escola e não concluíram o ensino

obrigatório. Esses números mudaram, de acordo com o IBGE, registrando-se, em 2022, cerca de 53,1% da população de 25 anos ou mais que teriam terminado pelo menos o ensino obrigatório. Entretanto, na mesma pesquisa, o número de pessoas com o ensino superior completo em 2019 era de 17,5%, enquanto que em 2022 esse número cresceu um pouco mais, ficando em 19,2%. A taxa de pessoas que não completaram o ensino superior ou qualquer outro curso de profissionalização no período de 2022 foi de 24,4%.

## **A REALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO NO PERÍODO PANDÊMICO E PÓS-PANDEMIA**

A realidade vivenciada pelos estudantes de pós-graduação é composta por sentimentos de incerteza, desafios e estresse no cotidiano acadêmico, inúmeros trabalhos científicos, pesquisas, prazos de submissões, entre outras várias atividades exigidas aos alunos de ensino superior. Esses sentimentos são adquiridos antes mesmos do aluno entrar no curso de pós-graduação, pois o estresse e a ansiedade começam a partir do momento em que o estudante se prepara para concorrer à vaga no curso de mestrado. Por ser um processo seletivo, o curso de pós-graduação exige do estudante o pré-projeto que siga a linha de pesquisa a qual vai percorrer o caminho da sua pesquisa científica, além de outros requisitos, conforme o edital da seleção, que envolvem produções acadêmicas, publicações, pesquisas, projetos de extensões e um currículo *lattes* atualizado e desenvolvido academicamente.

Conforme Kessler et al. (2005), 75% dos transtornos mentais severos desenvolvem-se antes dos 24 anos de idade, o que indica o alto risco e a vulnerabilidade psíquica dos estudantes. Pressão acadêmica, problemas financeiros e medo do futuro são exemplos de alguns dos fatores de risco presentes na vida estudantil. O curso de nível superior por si só já é difícil e somar isso a um momento de tristeza, ansiedade e fragilidade, tanto para estudantes como a população em geral, contribui para conflitos internos que desenvolvem o adoecimento psicológico e emocional.

A pandemia causou uma súbita mudança de ensino presencial para o remoto, mexendo com o planejamento sistemático de alunos e professores para o período eletivo estudantil. Conforme Freitas e Prado (2022), se o contexto da saúde mental

juvenil na universidade já se encontrava com necessidade de atenção, a pandemia da Covid-19 trouxe desafios maiores. A estrutura da pós-graduação, em termos de financiamento, avaliação, produtividade, suporte financeiro e disponibilidade de bolsas de estudo, entre outros aspectos desta natureza, é reconhecidamente um fator que impacta consideravelmente a experiência dos estudantes.

A saúde mental dos estudantes do ensino superior é dos tópicos estudado por pesquisadores no período pandêmico. Questões levantadas a respeito do assunto buscam elaborar uma panorama de estudantes universitários com o estado psicológico afetado no período da pandemia. Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (2019), algumas dificuldades foram elencadas pelos alunos de pós-graduação, como a ideia de morte, o suicídio, a ansiedade, o desânimo, a insônia, entre outros problemas. Com a pandemia, esses problemas se agravaram, sendo o período de isolamento ainda mais complicado e complexo para as pessoas que estavam acostumadas a estar se movimentando e tendo convivência presencial. A questão do isolamento e, conseqüentemente do ensino remoto, aflora, por assim dizer, esse quadro envolvendo a saúde mental de estudantes e também de professores.

O acolhimento do aluno pela Instituição é um fator preponderante para que ele permaneça; seja no atendimento dos setores, na relação professor-aluno e na interação entre colegas de curso. Oportunizar espaços de escuta para os estudantes, por meio de projetos e ações que visem o diálogo, possibilitam uma maior interação com a instituição (Garcia e Spessatto, 2023, p.16-17)

No contexto do ensino remoto emergencial que foi implantado no período pandêmico, esse modelo de ensino afetou, de certa forma, negativamente os estudantes que precisaram ficar em casa por causa do vírus em si, mas também tiveram que dividir o espaço de estudo dentro de casa com a família, não tendo a privacidade para se preparar e se concentrar nas aulas remotas online, assim como momentos de silêncio para se aprofundar em pesquisas acadêmicas que poderiam contribuir para o enriquecimento do desenvolvimento das suas próprias pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Segundo Gatti (2020), a situação pandêmica obrigou crianças, adolescentes e jovens a mudarem seus hábitos relacionais e de movimento, a estudarem de modo remoto, alguns com boas condições, com acesso à internet, com os suportes necessários (computador, tablet ou celulares), mas muitos não dispoñdo dessas

facilidades, ou dispendo com restrições (por exemplo, a não disposição de rede de internet ou de computador ou outro suporte; a posse de celulares pré-pagos com pouco acesso a redes; um só celular na família etc.), existindo ainda aqueles sem condição alguma para uso dos suportes tecnológicos escolhidos para suprir o modo presencial. Como bem colocado pelo autor, uma adaptação forçada em um curto período de tempo provocado pela pandemia que assolou a todos no planeta, obrigando estudantes e professores a se adaptarem a um novo cenário acadêmico.

Trabalhos acadêmicos baseados nos impactos da pandemia na vida acadêmica de alunos de pós-graduação tiveram como propósito trazer informações relevantes a respeito do cotidiano desses alunos. Foi observado nessas pesquisas acadêmicas que pós-graduandos relataram problemas relativos ao acesso internet, como também em relação à concentração nas aulas e desenvolvimentos de suas atividades científicas e acadêmicas. De acordo com a pesquisa acadêmica levantada por Assunção-Luiz et. al. (2021), muitos pós-graduandos relataram a dificuldade de manter uma rotina de trabalho, estudos e escrita das dissertações/teses, falhando no cumprimento das metas previamente estabelecidas. Em relação ao chamado produtivismo acadêmico, duas extremidades foram apresentadas, nas quais alguns estavam trabalhando exageradamente, com autocobrança seguida de esgotamento, e outros se encontravam estagnados e sem motivação.

Outra área que também foi afetada pela pandemia foi a econômica. Com o fechamento de estabelecimentos comerciais, o desemprego aumentou no Brasil, causando preocupações aos estudantes que não foram contemplados com as bolsas estudantis fornecidas pelas universidades públicas brasileiras. Segundo o IBGE (2021), a taxa de desemprego subiu para 13,5% em 2020, um aumento devido à propagação do vírus e ao isolamento social. Com o isolamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, a população brasileira buscou ser beneficiada pelo Auxílio Emergencial, um programa criado pelo governo para ajudar a sociedade a suprir as necessidades básicas. Mas, mesmo com esse auxílio, o valor financeiro ofertado não cobria todas as despesas e nem todas as pessoas foram contempladas pelo programa.

Diante desse cenário, é possível observar que essa pode ser uma das causas de trancamento de matrículas e evasões nas IES Públicas. No período pandêmico, o

número de matrículas trancadas e as evasões estudantis no ensino superior cresceram em virtude das consequências da pandemia na vida dos alunos. Segundo levantamento feito pelo censo do IBGE no ano de 2021, o número de matrículas trancadas no ensino superior público foi de aproximadamente 345.446. Esse número mostra o quanto o campo da educação superior sofreu com os impactos que a pandemia deixou nas universidades brasileiras, causando sequelas profundas na vida das pessoas e também no campo educacional da pós-graduação, no qual ocorreu o retrocesso do crescimento acadêmico e profissional dos alunos nas IES públicas.

Passado o período pandêmico, o momento agora é de se readaptar ao ensino presencial novamente nas universidades, como também rever políticas públicas para o enfrentamento de futuras pandemias, analisar as falhas que ocorreram nas IES no período pandêmico no sentido de apoio estudantil aos alunos, como também planejamento de estratégias pedagógicas no intuito de reverter as evasões no ensino superior, com isso trazendo os alunos evadidos para a comunidade acadêmica novamente. A volta às salas de aulas presenciais trouxe medo e incerteza em relação ao contato físico com pessoas, no que se refere a uma possível nova contaminação pelo vírus. Segundo Cavalcanti e Guerra (2022), nada mais será como antes. Os paradigmas, as crenças, os dogmas, a Educação, a saúde pública, a economia, as relações de trabalho, as interações e as subjetividades próprias das relações pessoais, as políticas de Estado, bem como as consequências e os impactos impostos pelo isolamento social, foram a causa de um cruel choque de realidade, que expôs toda a fragilidade do ser humano e das instituições.

O Pós-Pandêmico está sendo reconstruído nas Instituições de Ensino Superior Pública, através de políticas públicas voltadas para que futuras crises nacionais ou internacionais, não venham afetar diretamente a comunidade acadêmica. Dados recentes mostram que apesar de todas as dificuldades que a pandemia deixou, cresceu o número de discentes matriculados em cursos de pós-graduação, mesmo com a porcentagem de queda de matrículas no mestrado e doutorado. Conforme o Instituto SEMESPE (2024), Especialização: entre os anos 2022 e 2023, crescimento de 32,5% na pública. O curso de Mestrado entre os anos 2022 e 2023, houve queda de 5,5% nas matrículas na rede pública. O curso de Doutorado ocorreu queda de 4,1% na rede pública de ensino nos anos 2022 e 2023.

As políticas públicas de permanência nas IES são fundamentais para a manutenção dos índices de matrículas e conclusão de curso. As IES que desenvolverem o Planejamento Estratégico Institucional, podem ofertar à população condições melhores de continuidade na Pós-Graduação. A capacitação de seus servidores e professores podem proporcionar uma qualidade de ensino mais eficaz. As instituições de ensino devem estar atualizadas com as normas de ensino atuais.

Portanto, as IES Públicas necessitam de investimentos financeiros para fins de capacitação e expansão do Ensino Superior Público. Caso não haja o Planejamento Estratégico, com ações de aprimoramento tecnológico, ensino e financeiro, os índices de matrículas podem até crescer, porém no decorrer do curso os alunos podem sofrer com a falta de estrutura acadêmica necessária, comprometendo a permanência e conclusão do curso na Pós-Graduação, causando o aumento das evasões estudantis e conseqüentemente isso pode refletir de forma negativa nos Programas de Pós-Graduação ofertados pelas Instituições de Ensino Superior Pública.

## **METODOLOGIA**

Com a intenção de localizar estudos já realizados sobre a permanência de estudantes na pós-graduação durante a pandemia e os seus impactos posteriores, realizamos um levantamento bibliográfico, com o objetivo de compreender o que tem sido produzido sobre a temática. De acordo com Ferreira (2002, p. 258), definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

As pesquisas do tipo estado da arte, segundo Ferreira (2002, p. 250-260), também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam, enquanto tais, em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. Assim, este artigo foi

buscar informações nas principais bases de dados eletrônicos: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de periódicos da CAPES, Repositório de Teses e Dissertações da UFPB, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os descritores para realizar as pesquisas foram: permanência estudantil na pandemia, evasão, expansão das IES, políticas públicas no ensino superior, mercantilização da educação superior, evolução e desafios das IES. Nesse levantamento encontramos estudos que se relacionavam ao tema, entre eles, dissertações, teses, livros e artigos.

Na tabela abaixo estão alguns referenciais teóricos encontrados para o estudo da pesquisa.

Tabela 1 - Artigos acadêmicos relacionados ao tema política de permanência.

AUTOR(ES)	ANO	OBJETIVO	DISCUSSÃO
GISI; PEGORINI	2021	Aborda o tema das políticas de acesso e permanência na Educação Superior: a busca da igualdade de resultados.	Para os autores, o esforço dos programas governamentais de acesso e permanência requer a atuação conjunta das instituições e exige um olhar especial para aqueles estudantes que, em decorrência de dificuldades econômicas, tiveram uma trajetória de escolaridade e de vida que não favorece o sucesso nos cursos que escolherem ou que foi possível escolher.
COTRIM- GUIMARÃES;	2021	Debate os desafios da docência na permanência de alunos	O estudo teve o propósito de identificar os desafios da docência para a

RIBEIRO; BARROS		em tempos de pandemia.	permanência dos estudantes em tempos de pandemia causada pela Covid-19, especialmente quanto à relação professor-aluno e à integração e engajamento dos estudantes nas atividades escolares/acadêmicas durante o ensino remoto.
DINIZ; GOERGEN	2019	O artigo traz a Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. Os autores apresentam uma síntese da realidade do ensino superior brasileiro na atualidade, a partir de seus aspectos legais, históricos e contextuais, com o fito de instrumentalizar pesquisas cujo foco seja esse nível educacional.	Os autores abordam o tema da constituição de um modelo educacional para o ensino superior brasileiro, notadamente privado de caráter mercantilista, como estratégia de expansão, em que pese persistirem universidades públicas e privadas educacionais.
CABRAL; SILVA; PACHECO; MELO	2020	Elenca o tema Capes e suas sete décadas: trajetória da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil.	Para os autores, a trajetória da pós-graduação brasileira não se dissocia da criação da Capes e da condução de seus

		Apresenta o panorama da pós-graduação nacional, modalidade <i>stricto sensu</i> , desde a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) até os dias atuais.	coordenadores, em especial de Anísio Teixeira, seu fundador. Salienta-se o crescimento tanto do número de cursos oferecidos como do quantitativo de matrículas e de titulações da pós-graduação nacional, embora de maneira assimétrica em relação às regiões do país.
ALMEIDA	2017	Aborda o tema gestão educacional e assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa.	O intuito da pesquisa é analisar a percepção de estudantes, técnicos e gestores das práticas de gestão de programas da assistência estudantil. A autora um programa estudantil de direitos aos estudantes, mas com resistência às mudanças, ampliação e plano estratégico para alcançar as finalidades do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Fonte: Autoria própria (2023).

Esses foram alguns trabalhos acadêmicos encontrados para o levantamento da pesquisa acadêmica em relação à permanência de alunos nas IES Públicas. Foram identificados também estudos que abordam os temas relacionados à evasão, à assistência estudantil e aos desafios enfrentados pelas IES no período de pandemia,

observando-se que os artigos explorados trazem contextos similares entre si. Esses estudos serviram de base para fundamentar a presente pesquisa, também auxiliando no entendimento sobre o assunto do ponto de vista de vários autores da área acadêmica, trazendo questionamentos pertinentes ao tema da pesquisa em si.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que, devido à pandemia, docentes e discentes precisaram mudar suas atividades acadêmicas e, com isso, problemas que já existiam foram intensificados no período da pandemia. A desigualdade social foi mais notória, principalmente entre os discentes das IES. Durante a crise provocada pela pandemia, foi necessário o uso de recursos financeiros e tecnológicos dos próprios discentes para a continuidade das atividades acadêmicas. Isso mostra que as IES precisam pensar em políticas públicas de permanência estudantil, no sentido de destinar esses recursos à comunidade acadêmica.

A pandemia deixou mais expostos os problemas de desigualdade social enfrentados pelos discentes nas IES públicas do Brasil, evidenciando que as instituições de ensino superior precisam pensar em ações que contenham um planejamento estratégico para fins de combater a desigualdade social, aperfeiçoando o seu serviço prestado à sociedade. Essas ações, porém, vão precisar de recursos financeiro e investimento por parte do Governo Brasileiro, destinados, por exemplo, à compra de equipamentos tecnológicos para os alunos, à ampliação da concessão de auxílio financeiro acadêmico, e à criação de espaços de estudo de qualidade.

A capacitação em ferramentas tecnológica é necessária para o corpo docente, tendo em vista que estamos na era tecnológica, fazendo-se necessário o uso de ferramentas e aplicativos digitais nas atividades acadêmicas. As Instituições de Ensino Superior precisam estar em constante processo de evolução e aperfeiçoamento de seus serviços acadêmico e de seus servidores, pensando no acompanhamento do desenvolvimento social e fornecendo à sociedade um ensino e serviço de excelência.

Políticas de Gestão Estratégicas e Orçamentária devem acompanhar as Instituições de Ensino Superior, para que se possa em planejamentos e ações de retorno produtivo e positivo na comunidade acadêmica, principalmente nos tempos de

crise política, financeira e futuras pandemias. Os impactos da pandemia também afetaram as atividades laborais das IES, comprometendo a qualidade de ensino e aprendizagem da comunidade acadêmica.

Segundo Florence Bauer (2021), a educação no país ainda é marcada por retrocessos causados pela pandemia de covid-19, que deixou alunos dos anos finais do ensino fundamental e do médio sem aulas por 178 dias e impôs adaptações ao modelo remoto que provocaram um regresso capaz de afetar o sistema educacional do país por “duas décadas”,

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene Estevão de. **Gestão Educacional e Assistência estudantil: uma análise das práticas de gestão da assistência estudantil no Instituto Federal da Paraíba Campus João Pessoa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017

ASSUNÇÃO-LUIZ, Alan Vinicius *et al.* Impacto da Covid-19 em alunos de pós-graduação. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 538–554, abr./jun. 2021.

AUGUSTO, Cristiane Brandão; SANTOS, Rogerio Dultra. **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVÊA, Adriane Pereira. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **PLURAL - Revista do Programa de Pos-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 60- 79, jan./jun. 2022.

BAUER, Florence. **Cenário da exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BERTOLIN, Julio Cesar Godoy. Análise crítica dos instrumentos de avaliação de cursos de graduação do Sinaes. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 183-199, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP Nº 5/2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Parecer homologado parcialmente cf. despacho do ministro, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, Seção 1, p. 32. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1450](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1450)

[11-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](https://www.gov.br/capes/pt-br/11-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e missão**. Brasília, DF: Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira; SILVA, Fernanda Cristina da; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques; MELO, Pedro Antônio de. A Capes e suas sete décadas: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-graduação-RBPG**, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 1–22, 2020.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 73-93, jan./mar. 2022.

COTRIM-GUIMARÃES, Iza Manuella Aires; RIBEIRO, Elisa Antônia; BARROS, Giuliana de Sá Ferreira. Desafios da docência para a permanência dos estudantes em tempos de pandemia. **Revista Labor**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 26, p. 303-327, jul./dez. 2021.

DINIZ, Rosa Virgínia; GOERGEN, Pedro L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação: Campinas; Sorocaba – SP**, v. 24, n. 3, p. 573-593, nov. 2019.

FARIAS, Jessica; PILATI, Ronaldo. Violating social distancing amid the COVID-19 pandemic: Psychological factors to improve compliance. **J. Appl. Soc. Psychol.** v. 52, p. 233–245, 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & sociedade**. v. 23, p. 257-272, 2002.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Ifes Uberlândia**. Andifes, 2019.

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. PERMANÊNCIA E ÊXITO SOB A PERSPECTIVA DISCENTE: análise com egressos e evadidos de cursos do IFSC-TUBARÃO-SC. **Revista Professare**, Caçador - SC, v. 12, n. 3, p. e3185, 2023.

GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Impactos da pandemia. **Estud. av.** v. 34, n. 100, set./dez. 2020.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara - SP, n. 20, p. 21–37, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Educação 2019**: mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MOREIRA, José António Marques; Henriques, Susana; BARROS, Daniela. (2020). Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, [S. l.], n. 34, p. 351–364, 2020.

NASCIMENTO, Paulo Meyer; RAMOS, Lima Daniela, MELO, Adriana Almeida Sales de; Castioni, Remi. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Supporting the continuation of teaching and learning during the COVID-19 Pandemic Annotated resources for online learning**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/Supporting-the-continuation-of-teaching-and-learning-during-the-COVID-19-pandemic.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

PINTO, Janille Costa; DIAS, Laiana Silva de Oliveira Foepfel; CUNHA JÚNIOR, Adenilson Souza. Perspectivas docentes sobre o uso das tecnologias na prática pedagógica do ensino remoto no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista Temas & Matizes**, [S. l.], v. 14, n. 25, p. 204–228, 2021.

PRADO, Aneliana da Silva; FREITAS, Joanneliese de Lucas. O sistema de pós-graduação brasileiro e a saúde mental dos estudantes: que fragilidades a pandemia da covid-19 revela? **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**. Petrolina – PE, v. 12, n. 28, p. 660-695, 2022.

REIMERS, Fernando M.; SCHLEICHER, Andreas. Toward a Global Response to COVID-19. A framework to guide education strategies amid school closures in countries around the world. **Organization for Economic Cooperation & Development**, Paris, p. 1-40, 2020.

SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO. **Mapa do Ensino Superior no Brasil**. 14 ed. Disponível em: Acesso em: <https://www.semesp.org.br/mapa/home/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

WILDER-SMITH, Annelies; FREEDMAN, David. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. **Journal of Travel Medicine**, London, v. 27, n. 2, p. 1-4, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Key messages and actions for Covid-19 prevention and control in schools**. Geneve: WHO, Mar. 2020.